

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenário e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **17 a 21 de fevereiro de 2020**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extrapauta.

SEMANA NO CONGRESSO: A semana de trabalho nas duas Casas do Congresso Nacional tem como foco nos debates e apresentação do relatório da **Medida Provisória 905/2019**, que trata do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. A previsão é de apresentação do relatório pelo deputado Christino Aureo (PP-RJ) na próxima quarta-feira (19) com pedido de vistas e início da deliberação a partir da terça-feira após o feriado do Carnaval, dia 3 de março.

Na **Câmara dos Deputados** há previsão de sessão deliberativa no Plenário nesta segunda-feira até na quarta-feira, liberando os parlamentares na quinta e sexta-feiras para retornarem a suas bases eleitorais. Não há previsão de reuniões das comissões permanentes que aguardam as indicações de seus membros e definição dos presidentes para respectivas eleições, o que deve ocorrer após o feriado de Carnaval.

A pauta do Plenário encontra-se obstruída com três medidas provisórias que estão com prazo de tramitação trancando a pauta.

No **Senado Federal** pauta morna com matérias sem polêmicas. Há previsão de sessões deliberativas no plenário de terça a quinta-feira, mas pouco provável que as temáticas a serem deliberadas prendam os senadores em Brasília na quinta-feira.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve ser deliberado sobre a proposta que limita a fundação e manutenção de fundos públicos somente por lei complementar.



Plenário

2^a, 3^a e 4^a feira

Pauta encontra-se trancada pelas **Medidas Provisórias 897 de 2019**, para instituir o Fundo de Aval Fraternal, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências, **901 de 2019**, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União e **903 de 2019**, com o propósito de autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sendo desobstruída a pauta há outros itens para deliberação dos quais destaca-se o **Projeto de Lei 7.354 de 2017**, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para garantir a realização de ultrassonografia mamária.

Comissão Especial da PEC 196 de 2019

Reforma da organização sindical

Dos 34 membros titulares da Comissão Especial destinada a analisar o mérito da **Proposta de Emenda à Constituição 196 de 2019**, tendo como primeiro signatário o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), com o objetivo de modificar a organização sindical brasileira, já estão indicados 23 deputados, faltando 11 para a composição se complementar. Cabe aos líderes partidários as indicações e falta o bloco PSL/PP/PSD/MDB/PL/REPUBLICANOS/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN indicar 6 parlamentares titulares e 14 suplentes, ao bloco PDT/PODE/SD/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC indicar 3 parlamentares titulares e 6 suplentes, o bloco PT/PSB/PSOL/REDE a designação de 1 deputado titular e 6 suplentes, e ao partido NOVO a indicação de um deputado titular e um suplente. Após será convocada uma reunião para instalação da Comissão Especial e eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator.



SENADO
FEDERAL

Plenário

3ª, 4ª e 5ª feira, 14h

Até o momento a pauta divulgada não constam itens de interesse da categoria.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

2ª Feira, 8h30

Contrato Verde e Amarelo

Realização de audiência pública para discutir os efeitos da **Medida Provisória 905/19**, que trata do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo com as participações dos seguintes convidados: 1) Márcio Amazonas Cabral de Andrade, procurador do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho; 2) Alex Myller Duarte Lima, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); 3) Diego Monteiro Cherulli, advogado, professor Especialista em Direito Previdenciário e diretor do IBDP; 4) Márcia Eliza de Souza, diretora de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); 5) Fábio Comanduci Nascimento, coordenador-geral de Reconhecimento de Direitos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); 6) Representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; 7) representantes das centrais sindicais; 8) Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).

Comissão de Assuntos Econômicos

3ª Feira, 10h

Regras sobre anúncio de emprego

Projeto de Lei da Câmara 84 de 2015, de autoria do então deputado Paulo Paim (PT-RS), propondo proibir a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante, com relatório favorável ao projeto, nos termos do substitutivo do senador Lasier Martins (PODE-RS), propondo para as empresas que publicam anúncio de emprego, em qualquer meio de divulgação, deverão manter registro atualizado com nome completo do anunciante, do número do Cadastro de Pessoa Física ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, endereço físico e telefone, pelo prazo de 180 dias a partir da publicação do anúncio contratado. Fixa que os dados deverão ser disponibilizados à autoridade competente para apuração de infração penal cometida por meio do anúncio contratado.

Valorização do Salário mínimo e benefícios do INSS

Projeto de Lei 3.137 de 2019, de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023, com relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO), pela aprovação do projeto.

Valorização de longo prazo do salário mínimo

Projeto de Lei 2.618 de 2019, de autoria do senador Irajá (PSD-TO), que Dispõe sobre a política de valorização de longo prazo do salário mínimo, e dá outras providências, com relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO) pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada para fixar que a título de aumento real, será aplicado ao valor do salário mínimo, a cada ano, nos dez primeiros anos após a data de publicação desta Lei, a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) apurada pelo IBGE para o segundo ano anterior ao do ano da data do reajuste.

Determina que na hipótese de as taxas de crescimento real do PIB serem revistas pelo IBGE, as taxas anteriormente utilizadas permanecerão válidas para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos, caso positivos, compensados no aumento real subsequente, sem retroatividade. A partir dos dez primeiros anos após a data de publicação desta Lei, o Poder Executivo poderá alterar a forma de apuração do aumento real do salário mínimo.



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira, 9h30

Ausência para acompanhar filho atleta

Projeto de Lei 3.966 de 2019, de autoria da senadora Leila Barros (PSB-DF), para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica, com relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO) pela aprovação do Projeto, da emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta para modificar a ementa da proposição, para que, além da retificação atinente ao inciso do art. 473, seja reduzido para 16 (dezesesseis) anos de idade o marco etário.

Aposentadoria especial aos segurados expostos à periculosidade de inflamáveis

Projeto de Lei do Senado 47 de 2016, de autoria do senador Telmário Mota (PDT-RR), que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial e contagem de tempo de trabalho especial aos segurados expostos à periculosidade derivada de inflamáveis, com relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta com o fim de alterar a ementa para fixar que a aposentadoria especial será concedida aos trabalhadores que laborem no abastecimento de combustíveis, e não a todos que lidam com inflamáveis.

Assédio de mulheres no ambiente de trabalho

Projeto de Lei 1.399 de 2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT) para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF) pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta para nova definição de assédio que, nos termos da Convenção nº 190 está associada à violência e não prevê distinção dessa prática em relação a homens e mulheres. Ademais, como qualquer empregado está sujeito à violência e assédio, optamos por inserir o texto do projeto logo no início da Consolidação das Leis do Trabalho, em vez do Capítulo da proteção do trabalho da mulher. Em relação à multa pelo descumprimento das normas que se deseja implementar, optamos por definir o seu valor, eis que deixá-lo por conta de regulamentação pode demorar para ser efetivada ou até mesmo não acontecer, o que tornaria inócua a proposta sob análise. Em relação ainda ao caput do art. 389-B, concordamos integralmente que as empresas devam estruturar um setor de apoio às vítimas de assédio no ambiente de trabalho. Não se pode, todavia, exigir que micro, pequenas e até médias empresas cumpram essa determinação, pois, seguramente, terão grandes dificuldades em atendê-la. Assim, sugerimos o setor de apoio para as vítimas de assédio seja mantido apenas para as empresas de grande porte, que são as que têm condições de fazê-lo.

Licença maternidade para adoção de criança ou adolescente

Projeto de Lei do Senado 143 de 2016, de autoria do senador Telmário Mota (PDT-RR), para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF) pela aprovação do Projeto.

Incentivo para contratação de trabalhador com mais de 60 anos de idade

Projeto de Lei 4890 de 2019, de autoria do senador Chico Rodrigues (DEM/RR), para dispor sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos, com relatório do senador Flávio Arns (Rede-PR), concluindo pela aprovação do projeto.

Isenção de IRPF para os portadores do mal de Alzheimer

Projeto de Lei do Senado 61 de 2017, de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos recebidos por portadores do mal de Alzheimer, com relatório da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira, 9h30

Desaposentação

Projeto de Lei da Câmara 76 de 2015, de autoria do então deputado Paulo Paim (PT-RS) para dispor sobre a renúncia de aposentadoria por tempo de contribuição, com relatório do senador Fábiano Contarato (Rede-ES), concluindo pela aprovação do projeto na forma de substitutivo para permitir ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família, à reabilitação profissional, quando empregado. Autoriza ao beneficiário de aposentadoria por tempo de contribuição renunciar ao benefício com a finalidade de habilitar-se à aposentadoria por regime previdenciário a que se vincular. Efetuada a renúncia, a aposentadoria será cancelada, computando-se automaticamente o tempo de contribuição que lhe deu origem para a aposentadoria a ser posteriormente requerida. O tempo de vigência da aposentadoria cancelada poderá ser utilizado para a contagem do tempo necessário à obtenção da nova aposentadoria, desde que o segurado recolha as contribuições correspondentes.

Regula atividade de teletrabalho e operações de telemarketing

Projeto de Lei da Câmara 12 de 2016, de autoria dos deputados Jorge Bittar (PT-RJ), Deputado Federal Luiz Sérgio (PT-RJ), para regular as atividades de teleatendimento ou operações de telemarketing, com relatoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), contrário ao Projeto.



Comissão Mista da Medida Provisória 905/2019

3ª Feira, 10h

Contrato de Trabalho Verde Amarelo

Audiência pública para debater a **Medida Provisória 905 de 2019**, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências, com os seguintes convidados: 1) representante da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (FITERT); 2) representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); 3) representante do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER); 4) representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 5) representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 6) representante da Procuradoria-Geral da União; 7) representante da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (ABAD); 8) representante da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS); 9) representante da Hype 60+; 10) representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); 11) representante da Central Sindical e Popular (CSP); 12) representante do sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); 13) Otávio Amaral Calvet, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho (ABMT); 14) Ricardo Paes Barros, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER); 15) Nicolino Eugênio da Silva Júnior, representante da Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF).

4ª Feira, 10h

Contrato de Trabalho Verde Amarelo

Apresentação de relatório pelo deputado Christino Áureo (PP-RJ) à **Medida Provisória 905 de 2019**, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2020.
Relações Institucionais da CNTC